

Constituição: o despique do governo

Florestan Fernandes

Afinal, o governo chegou aos últimos limites. Depois de infestar a Assembléia Nacional Constituinte, de vergar o processo constituinte através dos hostes do Centrão, de intrometer-se à vontade nos trabalhos das subcomissões, das comissões temáticas, da comissão de sistematização e do plenário, através de propostas civis ou militares com ou sem saber jurídico, eis a novidade mais recente, noticiada pela imprensa: preparou cuidadosamente a alteração de setenta e três dispositivos para a etapa final. Vamos entrar no segundo turno em pleno carnaval, sob uma orgia de emendas constitucionais patrocinadas pelo executivo.

Se a participação popular pode, o governo também pode! Por que não? Só que suas emendas percorrem um curto trajeto, custam pouco esforço e muito dinheiro. Não é preciso colher milhares de assinaturas, mobilizar multidões para chegar com muito sacrifício a Brasília e nela viver penosamente durante vários dias, ganhando, no fim, raiva e vergonha, por tanto esforço aparentemente inútil. Basta checar a vontade soberana do governo distribuir tarefas entre os escribas de plantão e encaminhar as emendas por meio de líderes ou de aliados dóceis, prontos para cumprir ordens e pacientes na espera de suas recompensas. Essa é a realidade, uma realidade mais feia que o Parlamento fechado *manumilitari*.

Conquistado o mandato "intermediário", de cinco anos, chegou a hora de dar o troco. E ele desce a rampa de forma desmoralizadora para a ANC e todos os seus membros, inclusive os que pertencem ao Centrão. Muitos, ao que parece, ficarão contentes se a prestimosa colaboração parar por aí — se não atingir o "mandato legítimo", de seis anos, e se a constituição for posta em prática. Na verdade, os que começaram a tremer agora tremem por qualquer coisa. Nem olham para a própria sombra, de medo que ela projete a imagem do patrão, a figura do seu ministro mais galante ou "algo pior" (o golpe preventivo, em defesa da lei e da ordem, a pedido do poder constitucional mais apto para tal mister). Não há algo de podre no Brasil. Tudo está podre! O que poderá ser útil, já que alerta a nossa imaginação política. A constituição não é um ponto de partida. É um ponto de chegada. Aí está o busilô do desafio para os constituintes.

O que o processo constituinte comprovou fartamente é que muitos se unem. Porém, apenas se unem para tocar o seu barco e afundar os barcos dos grupos rivais. O mal congênito da ANC é que ela não pode funcionar e render em um país no qual o desenvolvimento desigual condena quase três quintos da população a vegetar ou a contentar-se com padrões infimos de vida, de privação relativa. Nem mesmo um quinto conta os que tudo podem e suportam confrontos com os afortunados dos países capitalistas mais ricos. As fórmulas para combater e superar o desenvolvimento desigual são elaboradas pelos mais interessados em mantê-lo indefinidamente e aprofundá-lo até onde for possível, a qualquer preço: 1º) os proprietários do grande capital e do poder no Brasil; 2º) as nações centrais e sua superpotência, com as multinacionais e o sistema capitalista de poder. Tais fórmulas abrem vários caminhos, menos o de uma democracia burguesa ampliada, aberta, pluralista e dinâmica. Por isso, chegamos à ditadura militar para resolver a "crise burguesa" (isto é, impedir que a maioria trabalhadora e destituída impusesse soluções capitalistas eficientes para a crise) e à conciliação conservadora, que inventou o Estádio de transição "democrática" permanente. Enfrentamos esse drama desde 1964 e nele recaímos em 1984, deixando que a empulhação transformasse em heróis homens e partidos que traíram sua missão política. As fendas não diminuem, crescem e se multiplicam. Em consequência, a crise "burguesa" se agrava e o governo despenca de suas atribuições normais, porque tem de comprar a transição, de negociá-la como uma mercadoria, e ela encareceu, assustadoramente, com a convocação da ANC e a pulverização dos partidos da ordem. O governo desgasta-se, torna-se muito caro, ineficaz e impopular, tem de tapar os buracos que complicam a crise — uma forma de corrupção generalizada digna dos mais intrépidos piratas da "expansão da civilização ocidental" e dos "robber barons" da era da revolução urbana, industrial e financeira nos Estados Unidos.

Portanto, o governo precisa desentocar-se, sair para o campo de luta, sem respeitar veleidades, que não estão ao seu alcance. Onde está a mola mestra da maquinaria, o segredo de polichinelo? A conciliação era um pacto, mas um pacto das, pelas e para as elites das classes dominantes. Ele possui tanto valor para a nação como um todo quanto um traque de São João. O que as classes trabalhadoras e subalternas queriam — com os estratos mais radicais da pequena burguesia e das classes médias tradicionais à frente — era uma ruptura rápida e definitiva não só com o regime ditatorial, mas com o antigo regime que ele restaurava e repunha em vigor pela força do fuzil. Os políticos profissionais foram muito hábeis em preparar o pacote do cronograma político-militar concertado, através da "conciliação conservadora", para o consumo das massas. Ao fazê-lo, no entanto, correram o risco da desmoralização: descoberto o traque, o "pacto conservador" passou a ser sinônimo de felonía. A Aliança Democrática e os dois partidos da ordem sofrem os efeitos mais duros, implodindo juntamente com a credibilidade do governo. A ANC precisaria ter tomado uma enorme dianteira sobre os ritmos históricos do país para estabelecer processos de compensação política e proporcionar alternativas viáveis para uma transição verdadeiramente democrática desacreditada e vista com hostilidade pela imensa maioria. Ora, a ressurreição do "pacto conservador" por dentro da ANC, como artimanha do governo e de partidos encarados como "traidores do povo", por obra e graça do Centrão,

arrasou o potencial político da própria ANC que decaiu da maior glória para o pior descrédito.

O que falta, aos políticos "liberais", "neoliberais" e "democratas", que pretenderam manipular a opinião pública, é uma compreensão objetiva da realidade política atual. As incursões autocráticas podem ser ousadas. Não obstante, elas nascem com vida curta e terão sempre o mesmo efeito de complicador das "crises" forjadas ou efetivas. Tais incursões autocráticas são possíveis por causa de condições estáticas de nossa vida política. As condições dinâmicas as atropelam e solapam porque elas colidem com o senso comum e com as exigências da situação histórica no presente. Há, mesmo, um erro em designá-las como "conservadoras". Elas não são conservadoras em sentido estrito. São contra as mudanças que os conservadores autênticos se apressariam em acatar, para não se verem ultrapassados pelos fatos e pelas inquietações incontáveis do movimento popular, por mais inorgânico que ele pareça ser. Por isso, na essência, aquelas foram e são incursões reacionárias, autocráticas e fascizantes ou fascistóides, que se disfarçam de "conservadoras" para ostentar um perfil ambíguo e enigmático, até que a máscara caia, desnudando para todos os olhos sua substância contra-revolucionária.

O paradoxo sobre a tona, portanto, com facilidade. Como elaborar uma constituição aceitável e válida em um país com os extremos de riqueza (para ínfimas minorias) e de miséria (para largas maiorias) sem a existência de convergências históricas sobre as questões que atentem aos interesses médios da nação como um todo? A nossa constituição acabou sendo parida por emendas coletivas, que resultaram de "negociações das lideranças". É levar longe demais a lógica da representação política supor que acordos precários e forçados dessa espécie sejam o equivalente político e jurídico de um pacto entre os desiguais. Para ter eficácia na ANC, esse pacto teria de realizar-se na sociedade civil para, em seguida, passar ao plano constitucional. Um "acordo de cavalheiros", por melhor que seja, satisfaz aos cavalheiros, especialmente se eles se atribuem muita importância e encarem suas deliberações como substitutas da vontade coletiva média ou aproximada do povo, fonte da soberania da ANC. As três revoluções burguesas clássicas — a da Inglaterra, a da França e a dos Estados Unidos — revelam divergências e acordos entre os representantes da vontade popular. Evidenciam os caminhos difíceis que foram percorridos para que ocorressem confluências produtivas e alentadoras. Contudo, acima de tudo demonstram que as divergências e os acordos unificadores nascem de fortes sentimentos e aspirações comuns, embora compartilhados desigualmente pelos cidadãos.

Preexistia à constituição um pacto informal ou não escrito, que operava como o elemento fundante dos enunciados constitucionais e transferia à própria constituição o caráter de um valor supremo, acatado por todos por encarnar o querer coletivo em uma situação histórica decisiva. Mais tarde, dúvidas e controvérsias poderiam dar margem a procedimentos para aperfeiçoar ou rever as fórmulas consagradas. Essa é a norma em uma sociedade de classes. Em condições extremas, a dissolução do mundo histórico que as constituições refletem exigem a sua substituição, em épocas revolucionárias. Mas o pacto social informal prévio na sociedade civil — e não entre os parceiros constituintes — é um pré-requisito lógico e concreto de uma constituição credenciável como democrática, sólida e necessária.

Esse elemento fundante não subiu à ANC. Ela foi largamente ferida pelo seu avesso, a contradição bruta, não lavrada, submetida ao britador da nivelção por baixo da conciliação no seio da maioria parlamentar ou nos acordos que resolveram os impasses pelas negociações das lideranças. Votações mágicas, mecânicas e rituais, exprimiam o consenso obtido! Não se pode pretender maior precariedade para um texto constitucional. Ele poderá ter, circunstancialmente, vida longa ou breve. Não obstante, nada poderá suprir a sua gênese precária. Nesse caldo de cultura (ou melhor: de ausência de cultura cívica), o governo mete o seu arsenal bélico e o seu aparato de copa e cozinha. A tramitação foi assim desde o começo, dirão os bem informados e os mais críticos (1). É fato. Conheço vários exemplos que atestam a interferência indébita e negativa, por experiência direta. A apoteose final, entretanto, ultrapassa todos os limites. O governo força a mão para que a constituição seja, na forma e no conteúdo, uma constituição do Estado de transição... Não poderia ser de outro jeito. Mas isso coloca essa constituição no mesmo nível das constituições de 1967 e de 1969, manipuladas ou impostas de cima para baixo pelos ditadores militares. Há diferenças — e agudas. Dadas as proporções e a gravidade das interferências sistemáticas, elas são, apenas, diferenças de grau, não de natureza. Foi transferida para outra data a elaboração de uma constituição com vínculos orgânicos com a vontade popular e com interesses de classes contraditórios, sem os quais é impraticável a instauração de uma democracia burguesa ampliada, aberta, pluralista e dinâmica. Essa é a contribuição do governo, sem a qual os constituintes independentes, da esquerda ou não, se arranjariam melhor nas tarefas de per si difíceis que devem desempenhar, em um áspero mundo de esfacelamento de ilusões constitucionais e de grandes esperanças políticas.

(1) Atenção: ministros e outras autoridades foram convidados para manifestar abertamente as suas opiniões e expectativas, tanto nas subcomissões, quanto nas comissões temáticas. Alguns prestaram declarações construtivas. Outros exorbitaram e descaíram em provocações. Por fim, também houve ministros e autoridades que abusaram de seu poder e interferiram no rendimento dos trabalhos, sendo sabido que, em um caso pelo menos, tais interferências impediram a aprovação do substitutivo do relator da comissão temática em questão. O governo teve o seu espaço democrático e usou-o como tinha a capacidade de fazê-lo. Não pode alegar, agora, que não foi ouvido!